

A naturalização da precariedade: trabalho informal, “autônomo” e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil)¹

*Isabel Georges**

*Carlos Freire da Silva***

Introdução

Os empreendimentos autônomos e cooperativados são um tipo de organização do trabalho cada vez mais freqüente no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo (RMSP). Em larga medida, estes empreendimentos são desenvolvidos à margem das regulamentações estatais e acompanham o aumento da informalidade dos últimos anos na região e, no contexto mais geral das transformações do mundo do trabalho (Castel, 1998; Paugam, 2000), parecem acompanhar a tendência de precarização das formas de trabalho. Oriundas do movimento operário europeu do século XIX, as cooperativas passaram por um período de declínio durante os 30 anos do Estado do Bem Estar Social (1950-70) na Europa e reabrem atualmente caminho através das discussões sobre “Economia solidária” na busca por outros ideários de organização da

* Socióloga, IRD-Institut de recherche pour le développement, UR 105 “Savoirs et développement”, França, Professora visitante, UNICAMP-Universidade de Campinas IFCH-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. georges@bondy.ird.fr.

**Mestrando em Sociologia, Bolsista da FAPESP-Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, USP-Universidade de São Paulo, FFLCH-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. carlos_freire@terra.com.br.

1 Apresentado originalmente ao V Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo, em Montevideo, Uruguay, 18-20 de abril de 2007, uma outra versão desse artigo foi publicada em Lima (org.), 2007, *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*, São Paulo, Editora Annablume, pp. 285-311. Gostaríamos de agradecer aos pareceristas anônimas da *Relet* para os seus comentários e sugestões assim como à Márcia de Paula Leite, para uma última revisão do artigo.

vida social e econômica (Santos (org.), 2005; Caillé, 2005; Cefai, 2007; Chopart *et al.* (org.), 2006; Laville *et al.*, 2005, entre outros). No Brasil, onde a atuação do Estado nunca chegou a universalizar os direitos dos trabalhadores, esse tipo de organização do trabalho tem se multiplicado com o processo de globalização e seus efeitos devastadores sobre o trabalho (Harvey, 1993; Leite, 2003)². Mas diferentemente de uma perspectiva onde o trabalho autônomo e cooperativado são vistos como alternativas ao modelo capitalista (Singer, 2002), o crescimento destas formas de empreendimentos parece muito mais associado aos processos de reestruturação produtiva e às mudanças nas formas de gestão de mão-de-obra que instituem novas formas de precarização do trabalho (Lima, 2002), muitas vezes nos limites de ilegalidade.

No que diz respeito às formas de ingresso das mulheres no mercado de trabalho, estes empreendimentos ocupam um papel de destaque em termos de colocação no mercado de trabalho, como no caso das oficinas de costureiras “auto-geridas”, lideradas por mulheres na região metropolitana de São Paulo (RMSP). De fato, de modo concomitante ao processo de informalização do mercado de trabalho, a participação das mulheres vem aumentando ao longo das últimas duas décadas (ao contrário da participação dos homens). Em 2005, a taxa de ocupação das mulheres era de 44,7% (contra 55,3% dos homens) na RMSP, contra 36,9% em 1986 (e 63,1% dos homens)³. Porém, se, de um lado, as mulheres tiveram acesso de maneira mais expressiva a setores da economia e a profissões que antigamente não tinham, como a engenharia, a advocacia, etc. (Bruschini e Lombardi, 2003); de outro, parece ser mais significativa a sua inserção em atividades informais dos mais diversos tipos, como serviços sub-contratados, comunitários e domésticos. Apesar deste aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, as suas formas de inserção revelam a persistência da discriminação do trabalho feminino (Maruani e Hirata, 2003), de modo que a precarização das condições de trabalho recai notadamente sobre elas (Maruani, 2007; Neves, 2000). O caso da indústria de confecções é significativo neste aspecto, pois sempre constituiu parte importante do mercado de trabalho feminino na cidade. O processo de reestruturação produtiva no setor, com o conseqüente aumento da informalidade e a proliferação do trabalho autônomo e cooperativado, atingiu principalmente as funções por elas desempenhadas.

Neste artigo, nosso objetivo é questionar o significado destes empreendimentos sociais e econômicos ao discutirmos a maneira como as relações de trabalho são constituídas e o modo como o trabalho se articula com os outros aspectos da vida cotidiana das costureiras. Trata-se

2 Segundo o Atlas da Economia solidária no Brasil de 2005, nesse ano foram identificados 14.954 empreendimentos da “Economia solidária”. Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)/Ministério do Trabalho e do Emprego, Brasília, MTE, SENAES, 2006.

3 Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, 2005.

de pesquisar o lugar do trabalho dentro das experiências de vida dos indivíduos e das dinâmicas da cidade, como experiências situadas. A análise apóia-se em dados obtidos por observação de trabalho de campo e entrevistas semi-direcionadas, realizadas no âmbito de pesquisas em andamento desde 2005, entre as quais encontra-se um estudo sobre trabalho informal e redes de subcontratação, que analisa a relação entre o tradicional centro têxtil de São Paulo e a periferia leste da cidade; e uma investigação sobre trabalho, gênero e a questão dos saberes (formais e informais)⁴. Ao todo foram realizadas, até o momento, 21 entrevistas com costureiras, imigrantes que trabalham no setor, sindicalistas da categoria e agentes da prefeitura municipal que tratam desta questão, além do trabalho de campo realizado em duas regiões da cidade por onde circulam as encomendas (Guaianazes e Cidade Tidades). Procuramos assim reconstituir as trajetórias sociais das costureiras para entendermos as implicações da reorganização produtiva e para analisarmos as mediações em torno das quais as relações de trabalho são construídas, já que não se trata mais do tradicional vínculo empregatício do trabalho nas fábricas. As trajetórias são marcadas por diversas atividades de diferentes estatutos, às vezes por situações híbridas onde as costureiras trabalham ao mesmo tempo em uma cooperativa e como autônomas, assim como em outras atividades (de empregada doméstica, por exemplo). Há uma importante relação entre formas de atividade e origem dos saberes. Nessas redes de sub-contratação, o nível de ocupação das mulheres é muito instável e depende da densidade e da qualidade de suas redes sociais e familiares mobilizadas para o trabalho. As mulheres passam de forma recorrente por períodos de dissolução e/ou enfraquecimento dos laços sociais “fracos e fortes” (Granovetter, 1973), mesclados por períodos de inatividade.

Nessa perspectiva, o artigo discute num primeiro momento as condições da ampliação do trabalho “auto-gerido” no setor de confecções da RMSP; e num segundo momento, as características desses novos empreendimentos sociais e econômicos e as trajetórias de alguns dos seus atores; propomos ao final três questões para discussão.

1. A reorganização produtiva no setor de confecções

A indústria de confecções é parte importante e tradicional do mercado de trabalho na cidade de São Paulo, caracterizado por um processo de produção intensivo em mão-de-obra que emprega principalmente mulheres. Estabeleceu-se na cidade, junto à indústria têxtil na região do Brás e do Bom Retiro desde o final da década de 30. Compõe ainda hoje o segmento da indústria de transformação que mais emprega na cidade

4 Esses estudos foram realizados no âmbito do projeto “Mobilidades ocupacionais e reconfigurações societárias na cidade de São Paulo” (CENEDIC/USP), sob coordenação de V. Telles e R. Cabanes (Convênio CNPq-IRD 2003-2006). Cf. Telles e Cabanes, 2006.

de São Paulo e é um dos setores que mais cresceram ao longo dos últimos 10 anos. No entanto, o processo de reestruturação produtiva no setor, decorrente das crises econômicas dos anos 80 e da abertura dos mercados nacionais no início dos anos 90, afetou profundamente as suas formas de emprego. Em um período de 20 anos (1980-2000), estima-se que o setor de confecções da RMSP diminuiu o número de trabalhadores formais de 180 mil trabalhadores em 1981 para 80 mil em 2000, ou seja, menos da metade. No entanto, estima-se um total de 200 mil trabalhadores no setor em 2000, sendo 120 mil informais (Pochmann, 2004). Além das transformações nas formas de produção, como as mudanças de escala e a introdução da assim chamada produção flexível, estes números revelam, principalmente, alterações na forma de gestão da mão-de-obra.

As fábricas diminuíram o tamanho de suas plantas, cuja maioria é de pequeno e médio porte, concentraram-se nos processos de criação, modelagens, cortes de tecidos e comercialização dos produtos finais. Mas a costura, justamente a parte da produção mais intensiva em mão-de-obra e função geralmente ocupada por mulheres foi terceirizada para oficinas de costura externas às fábricas. Este elemento parece ter sido o fator mais decisivo para a diminuição dos empregos formais no setor. Práticas de terceirização mediante a utilização de trabalho informal a domicílio sempre estiveram presentes neste setor (Abreu, 1986). No entanto, é notável como isto ganha um novo impulso a partir da reestruturação produtiva nos anos 90 (Araújo e Amorim, 2001; Leite, 2004). A tendência de indústrias que concentravam todas as etapas da fabricação de um produto no interior de uma mesma empresa para a produção em massa sofreu profunda reversão. A exigência de uma produção variada, de pequena escala e que fosse capaz de acompanhar as mudanças nas tendências da moda, fez com que o processo produtivo se tornasse mais flexível. Estas adaptações da produção às novas condições do mercado foram acompanhadas de significativas transformações na gestão da mão-de-obra, nas quais as oficinas de costura terceirizadas tiveram um peso fundamental. Vemos nestas oficinas formas de controle sobre o processo de trabalho e sobre o tempo de trabalho bem diferentes daquelas das fábricas. Em vez de uma relação de trabalho das empresas com empregados assalariados temos uma relação de prestação de serviços, onde as encomendas de costura das fábricas circulam nos bairros entre oficinas de costura supostamente autônomas. Vale ressaltar que não foi nenhuma inovação tecnológica de grande impacto sobre o processo de trabalho que provocou essas mudanças⁵, nem, tampouco, uma suposta saída em massa das indústrias de confecção da cidade, pois, como foi dito acima, este setor cresceu na última década.

5 A mudança tecnológica que mais afetou o trabalho foi na área de corte dos tecidos, onde se introduziram máquinas computadorizadas que calculam e cortam os tecidos para o melhor aproveitamento possível. As máquinas de costura também foram modernizadas e tornadas mais velozes, mas a costura continuou intensiva em mão-de-obra.

É a partir da experiência prévia das costureiras no trabalho nas fábricas do Brás e do Bom Retiro que o processo de terceirização via redes de subcontratação vem se constituindo. Mulheres, que na maioria dos casos foram qualificadas nas fábricas e nos cursos profissionalizantes antes pagos pelas empresas, agora difundem as competências acumuladas com a atividade de costura por meio de relações de vizinhança. São competências profissionais de saber lidar com máquinas industriais de tipos variados, escolher os usos adequados dos pontos de acordo com os tecidos ou do efeito que é pedido para determinada peça, etc. Às vezes inclui até o conhecimento sobre manutenção e concerto das máquinas. Mas também um conhecimento sobre os lugares onde procurar as encomendas, comprar as máquinas, com quem fazer a manutenção, um saber circular neste circuito, enfim, algo dado pela experiência acumulada. Nesse contexto, as pequenas oficinas de costura vêm se multiplicando em regiões como São Miguel, Itaquera, Guaianazes, Cidade Tiradentes, extremo leste da cidade, mas também na zona norte, na Vila Maria, Casa Verde, entre outros bairros, onde se concentram as antigas costureiras das fábricas⁶. Isso ocorre na cidade inteira, mas é, sobretudo nestas regiões da cidade, que as encomendas circulam. São encomendas que mobilizam toda uma rede de oficinas subcontratadas que são remuneradas por peça ou lotes produzidos. As oficinas recebem os cortes de tecido com pequenas marcas, indicando o local da costura e têm um tempo determinado para confeccioná-las. As empresas distribuem as peças cortadas e depois recolhem o produto acabado, que faz o caminho de volta para a comercialização. É uma produção que abastece tanto o comércio popular dos vendedores ambulantes da cidade, como a alta indústria da moda e as empresas que participam dos desfiles da “São Paulo Fashion Week”.

2. As re-configurações do trabalho no setor têxtil

A partir da constatação deste quadro da reorganização produtiva do setor de confecções, cabe perguntar como as pessoas re-elaboram os sentidos da experiência de trabalho diante deste processo. Há espaço maior para uma variedade de formas de organização do trabalho, e, se for o caso, quais? Trata-se de identificar os atores envolvidos nesses di-

6 Conforme Leite (2004): “o fato de o aprendizado de costura ser adquirido informalmente, como parte da socialização feminina, em geral no universo doméstico e não em cursos de formação profissional, confere a esse conhecimento o valor de uma qualidade pessoal da trabalhadora e não de uma qualificação profissional”. No entanto, o fato de esses circuitos passarem pelos bairros de moradia das antigas costureiras das fábricas, acostumadas à costura industrial, atesta a importância dos saberes adquiridos na esfera pública assim como sua difusão na vizinhança, através do emprego formal anterior, e dos cursos profissionalizantes, ao inverso das assim chamadas “qualificações femininas” naturalizadas, às quais a costura costuma ser atribuída. As empresas fornecedoras de encomendas, porém, tampouco reconhecem essas qualificações das mulheres através de um salário maior ou melhores condições de trabalho.

versos empreendimentos, os seus conflitos eventuais, assim como as suas diversas interpretações do trabalho, e notadamente do trabalho “auto-gerido”, supostamente “autônomo” ou “cooperativado”.

Essas condições do trabalho terceirizado no setor de confecções apresentam particularidades de acordo com o formato variado que as oficinas de costura podem assumir. Estes apresentam um leque muito grande, que vai desde o trabalho a domicílio de mulheres que individualmente recebem encomendas diretamente das fábricas ou “quarteirizadas”⁷ de outras oficinas da vizinhança, passando por casos de oficinas grandes com mais de 20 funcionários, que recebem, na maioria das vezes, por produção, ou por jornada de trabalho. Temos ainda o caso das oficinas de costura dos bolivianos⁸. Mas também encontramos associações comunitárias que promovem as encomendas de costura como uma forma de “trabalho social”, e até casos de cooperativas de costureiras criadas com o apoio de programas de emprego e renda da prefeitura municipal, de ONGs ou ainda de sindicatos. A seguir, faremos uma descrição de uma variedade de casos estudados (não exaustiva), acompanhadas pelas trajetórias de trabalho de algumas costureiras que necessariamente não se limitam a um tipo ou outro de organização de trabalho, mas sim atravessam esta diversidade. Tentaremos estabelecer uma tipologia dos casos estudados, buscando explicitar o grau de implicação política⁹ desses empreendimentos, isto é, a partir do significado crítico dessas formas de trabalho. A idéia é verificar o impacto da mobilização política sobre os sentidos desse trabalho.

Nos casos das costureiras “autônomas”, que individualmente recebem as encomendas direto das fábricas, ou as “quarteirizadas”, as oficinas assumem um caráter estritamente familiar, sendo montadas, em geral, nas próprias casas. Deste modo as mulheres podem trabalhar sempre que houver encomendas disponíveis, articulando, assim, o trabalho doméstico e de confecção conforme a urgência dos pedidos. Por vezes, a família inteira é envolvida na atividade de costura, parecendo ser cada

7 As costureiras “autônomas” podem ser “quarteirizadas” no sentido do que em alguns casos elas não recebem o trabalho por uma empresa que terceiriza o seu serviço, mas dependem de mais um intermediário, no caso as oficinas da vizinhança.

8 Este é um outro pilar da reestruturação produtivas nas confecções que foi pesquisado. Mas, devido às suas particularidades, não cabe nos propósitos deste artigo. Até porque entre os bolivianos a questão de gênero não se coloca da mesma forma. Homens e mulheres participam de confecções nas mesmas proporções, com leve predominância dos homens. É um circuito de imigração clandestina que foi acionado a partir destas mudanças, de forma que os lugares onde se concentram na cidade coincidem com o circuito de confecções. Mas a condição desses trabalhadores, de imigrantes em situação irregular na cidade, pauta uma série de outras questões.

9 A partir de uma abordagem crítica da assim chamada “Economia solidária”, queremos trazer à luz em que medida os empreendimentos estudados têm (ou não) algum significado político e/ou ideológico para os seus atores, ou para outros atores, como sindicatos, bem como o papel das políticas públicas nesse contexto.

vez mais freqüente os casos onde a atividade das mulheres se torna a principal fonte de renda da família. O trabalho a domicílio das mulheres marca presença no ambiente doméstico: na medida em que os maridos enfrentam dificuldades em se empregar, vão se envolvendo com o serviço de costura, que também mobiliza os filhos e outros parentes, conforme o ritmo de encomendas. Estes vão aprendendo a trabalhar com costura em meio à própria família ou com os vizinhos. E em grande medida o sucesso do empreendimento depende da capacidade das mulheres de mobilizar os seus contatos pessoais, seja para garantir as encomendas das empresas e de seus intermediários, seja para mobilizar outras pessoas para o trabalho em períodos de muitos pedidos, como ilustra a trajetória de uma costureira e de sua família:

Meire, 38 anos, e Ernesto, 60 anos, moram em Cidade Tiradentes com seus quatro filhos. Em um galpão improvisado no fundo do seu quintal funciona uma oficina de costura que presta serviço a uma grande indústria fabricante de bolsas. Meire é paraibana, estudou até o ensino fundamental completo e veio para São Paulo no início dos anos 90. Antes de ser costureira, ela trabalhava como faxineira em uma empresa especializada em prestar serviços terceirizados. Ernesto é mineiro e está em São Paulo desde 1981. Ele sempre trabalhou como segurança até o ano de 1994, quando não conseguiu mais um emprego registrado. Meire começou a trabalhar com costura em 1996. O casal havia se mudado para Cidade Tiradentes três anos antes e estava desempregado. Passavam por dificuldades financeiras e dependiam da ajuda dos familiares e dos amigos. Uma vizinha avisou Meire de uma amiga que precisava de ajuda para fazer encomendas de costura. Foi quando ela entrou nas redes de subcontratação que existem na região. Ela não tinha experiência alguma. Aprendeu a costurar roupas com a dona da oficina e desde então só trabalha com costura. Passou por várias oficinas no bairro por meio de indicações das mulheres na vizinhança, vivendo experiências sempre muito instáveis e sensíveis às flutuações de demanda por encomendas. Meire teve uma curta experiência no trabalho registrado nas fábricas, fazendo o caminho inverso de muitas costureiras: a partir de uma oficina de costura conseguiu uma indicação em uma fábrica. Trabalhou neste emprego durante quase um ano, até que a empresa faliu. Depois disto, com a ajuda de Ernesto, comprou sua primeira máquina industrial, em 1999. No começo, recebia encomendas “quarteirizadas” de uma outra oficina da região, mas logo passou a receber as encomendas diretamente. Desde então, já prestou serviço para diversas empresas, a maioria delas especializadas em bolsas. Ela trabalhava durante o dia inteiro, pois eram os seus rendimentos que sustentavam a

familia. Chegou a ter inclusive uma produção própria de estojos escolares. Trabalhava de manhã e de tarde com as encomendas, e à noite produzia seus próprios produtos. Usava as peças das encomendas que recebia como moldes, comprava o material necessário e cortava mais peças. Ernesto ficava responsável por vender os produtos junto aos ambulantes e lojistas. Aos poucos o casal foi aumentando sua oficina, comprando outras máquinas e agregando mais pessoas. Primeiramente os familiares: o marido, a irmã, os dois filhos mais velhos de 16 e 14 anos, a cunhada, um sobrinho, todos foram instruídos por ela. Depois alguns vizinhos no bairro. Homens e mulheres, com ou sem experiência. Hoje, Meire tem um contrato com a empresa fornecedora das encomendas e suas bolsas são vendidas para duas das maiores empresas de cosméticos do país. Pelo contrato, a empresa se compromete a não deixar faltar encomendas e a oficina deve cumprir metas de produção mensal estabelecidas de acordo com o modelo das bolsas. Cerca de 10 pessoas trabalham com Meire na oficina. Não são registrados, mas recebem um pagamento fixo: 250 reais aos ajudantes, 400 reais as costureiras de máquina reta e 500 reais para quem costurar na máquina de braço, em uma jornada de segunda à sexta das 7 às 17 horas. Três costureiras externas recebem encomendas da oficina e recebem por produção. O rendimento familiar de Meire, Ernesto e dos filhos com a oficina, varia, segundo seus cálculos, entre mil e três mil reais por mês. Apesar de ser a dona da oficina, Meire continua trabalhando como costureira. Sua atividade envolve não só a família, como boa parte do espaço da casa.

Em outros casos as oficinas são criadas através de um terceiro como uma forma de “trabalho social” e geração de emprego e renda, como exemplifica uma associação comunitária de um bairro do distrito Cidade Tiradentes que tem entre as suas atividades a distribuição de cestas básicas e funciona também como oficina de costura. No bairro existem muitas oficinas que fazem serviços de costura sob encomenda. A presidente da associação decidiu então investir na compra de máquinas profissionais de costura e trabalhar com encomendas terceirizadas. Desta forma, a associação passou a gerar emprego para as mulheres que frequentam o lugar, além da possibilidade de ter uma fonte extra de renda para a manutenção da entidade. A presidente escolheu entre as beneficiadas da associação cinco mulheres que têm experiência como costureiras e passou a receber encomendas de um coreano que possui uma fábrica no Brás. Vânia é uma dessas mulheres:

Vânia, 54 anos, viúva e mãe de quatro filhos, trabalha nesta associação comunitária em Cidade Tiradentes desde 2003, onde antes já era beneficiada com a distribuição de cestas básicas.

Desde que a associação passou a receber encomendas de costura, ela trabalha como overloquista. Quando foi entrevistada, ela recebia a cesta básica e mais 250 reais por mês em média se, junto com mais quatro mulheres que faziam costura reta, garantisse uma produção diária de 100 peças de jaquetas forradas, trabalhando de segunda a sexta. O pagamento variava para mais ou para menos, conforme a produção. Ela não tinha uma jornada definida; o que importava era garantir este mínimo de produção que, segundo nos relatou, nem sempre era atingido com apenas oito horas de trabalho. Em sua trajetória, já trabalhou como costureira registrada durante mais de 10 anos no Bom Retiro, entre as décadas de sessenta e setenta. Trabalhou também um período na linha de produção de uma indústria metalúrgica em São Bernardo. Foi faxineira em casas de família e em uma empresa de limpeza terceirizada, além de vendedora ambulante de legumes e verduras. Mas sempre considerou como seu ofício a profissão de costureira. Só voltou ao mesmo por meio de oficinas de costura por encomenda em meados dos anos noventa, primeiro na Penha e depois em Cidade Tiradentes. A partir de 2002, desempregada, foi beneficiada dos programas de emprego e renda da prefeitura. E agora a associação comunitária foi a sua forma de acesso ao emprego.

Outro formato de oficinas de costura, visando inicialmente o controle da cadeia produtiva (modelos, compra, corte, costura e venda), são as cooperativas de costureiras, que podem nascer tanto da iniciativa de criar alternativas ao trabalho informal, como da necessidade de sustentar um trabalho sindical. O caso da cooperativa das costureiras apoiado por um sindicato de trabalhadores da economia informal fornece um exemplo. Começou a funcionar desde o final de 2005 numa pequena casa alugada, situada numa região no centro da cidade de São Paulo. Para entrar na cooperativa algumas pessoas contraíram uma dívida para financiar a compra das máquinas, enquanto as costureiras mais experientes contribuíram com o empréstimo de suas máquinas e a capacitação dos demais membros da cooperativa. Os cooperados tomaram conhecimento da iniciativa por meio do próprio sindicato ou de movimentos de moradia do centro e da zona norte. No princípio, pretendia-se fazer com que a cooperativa tivesse uma produção própria que seria distribuída com a ajuda dos vendedores ambulantes. Mas as dificuldades de inserção de uma produção própria no mercado eram maiores. Além do fato de terem que concorrer em um mercado saturado e altamente competitivo em termos de preços, a produção própria envolvia desde a elaboração dos modelos, a compra e o corte dos tecidos e a costura das peças em si. Depois dos primeiros meses de muita dificuldade, a cooperativa passou a receber encomendas de costura terceirizadas. Após 10 meses de funcionamento, a cooperativa ainda não reuniu o número suficiente de membros para poder fazer o registro como cooperativa (20

peçoas) e são poucos aqueles que permanecem desde o começo. A cooperativa também não obteve ainda a sua autonomia em relação ao sindicato. Os rendimentos bastam apenas para pagar o funcionamento da casa. Os cooperados recebem de modo irregular menos do que um salário mínimo por mês. A cooperativa funciona com duas equipes que trabalham seis horas por dia, uma de manhã e outra de tarde; cada equipe é composta por aproximadamente cinco pessoas. No total, há apenas um homem; todas as outras são mulheres:

Madalena, 65 anos, nascida em Bauru (interior do estado de São Paulo), quarta de seis filhas de um pai carvoeiro e administrador de fazenda falecido quando ela tinha 13 anos, e de uma mãe trabalhadora agrícola e lavadeira, aprendeu a costurar com a mãe, muito cedo, aos seis anos, quando ganha a sua primeira máquina de costura. Desde os 11 anos, trabalha fora, como doméstica em casa de família e como costureira numa loja, fazendo roupa para crianças. Frequenta a escola de noite até completar a 4º série, aos 15 anos. Depois de 10 anos de trabalho em casa de família no interior, aos 21 anos (em 1962), migra para São Paulo, junto com duas amigas, e consegue um primeiro trabalho com registro em carteira como ajudante geral numa grande tecelagem situada no bairro do Brás, no centro da cidade. Ela mora na zona norte. No ano seguinte, começa a trabalhar propriamente no ramo de confecções, nas empresas do Centro. Faz uma carreira de costureira, como overloquista, na máquina reta, como pilotoeira e como encarregada, a maioria das vezes com registro em carteira, e parte em empresas de grande porte (em torno de 5000 trabalhadores). Nos meados dos anos 80, após os 40 anos, começa a trabalhar por conta própria. Depois de uma primeira experiência que não deu certo, volta a trabalhar como encarregada em várias empresas. Nos meados dos anos 90, com o Plano Collor, entra num acordo com seu ex-empregador, em situação falimentar, recuperando as suas máquinas e trabalhando por conta própria. É nessa época, também, que passa a frequentar a Igreja Universal. Desde então, até o período atual, ela se mantém com muitas dificuldades numa rede de trabalho terceirizado, aproveitando-se de suas relações de vizinhança (e dentro da igreja) e de contactos no setor. Contrata suas vizinhas como mão-de-obra barata e pouco qualificada. Fica solteira durante a vida inteira. Ao final dos anos 90, aos 60 anos, através de um movimento de moradores no seu bairro de moradia da zona norte (Santana), obtém uma casa própria, numa Cohab no bairro de Perus e entra em contacto com um sindicato de trabalhadores da economia informal, possibilitando o seu acesso a uma cooperativa de costureiras no Centro da cidade. Com o objetivo inicial de criar uma oportunidade de geração de emprego e renda para trabalhado-

res informais, essa cooperativa encontra dificuldades por diversos motivos, impossibilitando a geração de uma renda suficiente para a sobrevivência dos trabalhadores. Aposentada por tempo de serviço (35 anos) aos 62 anos, ela vive da sua aposentadoria e prestação de serviços de reforma e de produção ocasional na oficina na sua casa e contribui para o funcionamento da cooperativa através da difusão dos seus saberes e o empréstimo de uma máquina (condição para a entrada na cooperativa).

Além dessas formas “mistas”, a promoção das encomendas de costura como uma forma de geração de emprego e renda pode, também, constituir o alvo explícito de políticas públicas. Em 2005, a atual gestão da subprefeitura de Cidade Tiradentes firmou acordo com a Associação dos Lojistas do Brás para tentar atrair as encomendas para a região. A idéia era servir como um intermediário no contato entre as oficinas de costura da região e as fábricas do Brás para promover o trabalho autônomo. As oficinas do distrito foram cadastradas. É o próprio poder público servindo de mediador entre as empresas e as oficinas terceirizadas, mas não no sentido de assegurar que sejam respeitadas condições mínimas de garantias previstas em lei e sim para incentivar a geração de emprego e renda independentemente da forma de trabalho. Poucos meses depois de começar a funcionar, a iniciativa foi frustrada pela intervenção do Sindicato das Costureiras que protestou acusando a sub-prefeitura de fazer intermediação de mão-de-obra para as empresas.

Considerações finais

A confrontação entre essas diversas formas híbridas do trabalho no setor de confecções (do trabalho a domicílio até o trabalho “cooperativado”) e as trajetórias individuais e familiares das costureiras que atravessam esta diversidade revela uma série de ambigüidades fundamentais presentes neste trabalho. A partir disso, destacamos três questões a serem problematizadas: a primeira delas seria a suposta autonomia de controle do processo e do tempo de trabalho em contrapartida à transferência dos riscos de mercado para as oficinas de costura subcontratadas; a segunda seria a menor distinção entre o trabalho e o não trabalho nas suas diversas dimensões (espacial, temporal, social); e a terceira seria o deslocamento da discussão das condições de trabalho para a discussão sobre a geração de emprego e renda e as estratégias de recolocação no mercado de trabalho.

O que procuramos destacar com a primeira questão é que apesar da autonomia relativa das oficinas criou-se uma situação em que a dependência de mercado vai determinar o ritmo de trabalho nas oficinas. Tanto o trabalho “autônomo”, como “autogerido” e/ou “cooperativado” teriam como essência o controle dos trabalhadores sobre o seu próprio processo e tempo de trabalho e a sua autonomia em termos de decisões

coletivas. De fato, não existe nenhum tipo de controle direto das empresas na atividade das oficinas. Mas, ao se transferir a costura para fora das fábricas, deslocam-se, também, boa parte dos riscos da produção e das incertezas do mercado para as oficinas¹⁰. Os rendimentos das oficinas dependem da sua produção e, portanto, estão diretamente vinculados às oscilações de volume de atividade das empresas que demandam as encomendas. Assim, o controle sobre o processo de trabalho e sobre o tempo de trabalho está ligado às formas como estas redes de subcontratação são agenciadas. Não há necessidade de um controle físico da qualidade e do ritmo da produção, em parte por causa do alto nível de qualificação das costureiras formadas pelo trabalho fabril e pela difusão das competências ligadas à produção nestas redes de subcontratação, e em parte porque garantir um bom serviço no tempo hábil é uma maneira de assegurar as futuras encomendas. Dessa forma, as empresas mantêm a dependência das oficinas e o ritmo das encomendas pauta o seu cotidiano de trabalho sem necessidade de nenhum controle direto. No limite, é isto o que confere flexibilidade à produção. E é isto o que vai controlar indiretamente o processo de trabalho e o tempo de trabalho. Tudo é estabelecido pelo ritmo das encomendas e a expectativa por sua continuidade ou não, no lugar do antigo vínculo empregatício. Não há mais relação de subordinação direta da empresa com funcionários, e sim uma relação de prestação de serviços. A relação de trabalho estaria re-allocada no interior das oficinas, aonde recorrentemente não se observam as restrições da legislação de trabalho.

Ainda ligada a esta mudança, a segunda questão seria o embaralhamento entre o trabalho e o não trabalho, que acompanha o desenvolvimento destas redes de subcontratação. Se, por um lado, a introdução de formas de trabalho mais “autônomas”, como o trabalho a domicílio, ou “cooperativado”, proporciona supostamente um maior grau de liberdade às mulheres, com o “privilégio” de poder trabalhar em casa ou na vizinhança, com melhores condições de “conciliar” as tarefas domésticas e profissionais; por outro lado, vemos que as condições do trabalho terceirizado conferem novos sentidos ao trabalho em suas articulações com os aspectos cotidianos da vida. De acordo com Bessin (1999), a relação salarial baseada em um contrato determinava os parâmetros que delimitavam e coordenavam a vida cotidiana, assim como as distinções entre tempo de trabalho e não trabalho, espaço doméstico feminino e espaço produtivo masculino, assim como as relações sociais publicamente reguladas e as relações privadas; é exatamente o modo de articulação destas dimensões da vida social que a flexibilização afeta. Assim, a

¹⁰Apesar das diferenças de pontos de vista sobre o trabalho, isto é, centrando o foco de análise nas relações entre firmas e suas terceirizadas, Araújo e Amorim, na sua pesquisa sobre as “redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas” (2001) chegam à mesma conclusão ao definirem a transferência dos riscos e dos custos de produção para as subcontratadas como uma das principais propriedades dessa modalidade de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra (op. cit., p. 274).

ausência da delimitação de uma jornada de trabalho e o fato de as mulheres trabalharem nas próprias casas ou na vizinhança contribui para que não haja definições claras entre o tempo de trabalho e o de não trabalho. Juntando a essa falta de diferenciação de tempos, a dependência das mulheres em relação ao ritmo das encomendas faz com que a intensidade do trabalho padronize a sua vida cotidiana. Mais concretamente, isso implica uma irregularidade completa dos horários, e uma prioridade muito grande da atividade produtiva sobre as outras atividades da vida social, muitas vezes realizadas simultaneamente (com tudo o que isso implica sobre a saúde física e mental). Do ponto de vista social, as mulheres têm que mobilizar os seus contactos pessoais e familiares, tanto para conseguir as encomendas, como para dar conta da produção, e para poder assegurar a continuidade da chegada das encomendas. Na verdade, a extensão da rede das pessoas mobilizadas na produção pelas costureiras (da própria família nuclear e extensa, passando pela vizinhança e outros conhecidos mais distantes), assim como a qualidade das suas relações, é variável no tempo, em função do ritmo e do volume das encomendas, assegurando, desta forma, uma flexibilidade total do trabalho. A indistinção entre as relações privadas e de trabalho, à diferença da relação salarial, faz com que qualquer tipo de conflito em vez de um assunto de uma relação contratual publicamente regulada, implicando os direitos das diversas partes, se transforme em um conflito pessoal -podendo chegar a situações de violência, agressão física e moral. Por outro lado, com essas relações pessoais, a subordinação no trabalho é construída de uma outra forma. As relações hierárquicas e de autoridade características do trabalho assalariado são atenuadas nesse universo, de modo que se constrói um vínculo mais afetivo, ou já se parte de um vínculo afetivo anterior. O conjunto desses deslocamentos provoca novos patamares das relações entre o espaço público e privado, de modo que o trabalho deixa de ser pensado como uma relação publicamente regulada e passa a ser cada vez mais algo privado e pessoal, dificultando formas de organização coletiva, mas também, caso haja uma divisão do trabalho mais igualitária entre os homens e mulheres, abrindo caminhos para novos patamares de produção social e econômica, sob iniciativa das mulheres. Nesse sentido, o espaço privado -ou a economia doméstica- poderia ser fonte de relações mais democráticas entre os sexos, mesmo que seja de forma ainda incipiente (Cabanés, 2006).

Por fim, a terceira questão é que no quadro mais geral das evoluções do mercado de trabalho, da crise da assim chamada “sociedade salarial”¹¹ e da diversificação das situações de trabalho há uma mudança nas relações objetivas de tal ordem que, apesar da precarização percebida e conscientizada pelas próprias costureiras, o imperativo da geração de emprego e renda acaba por esvaziar as discussões sobre as condições

11 Essa abordagem supõe a existência anterior de uma sociedade salarial – mesmo que não seja uma condição que se universalizou no Brasil de uma forma geral, esse passado se aplica ao caso da RMSP, criando um referencial e pautando uma discussão nesses termos.

de trabalho. Por um lado, as oficinas representam, para os contratantes dos serviços, a disponibilidade de trabalho longe das regulamentações canônicas do mundo da fábrica e dos direitos associados ao trabalho assalariado, assim como dos seus custos. Por outro lado, vemos que as oficinas de costura se inserem frequentemente em estratégias das mulheres de (re)colocação no mercado de trabalho, seja por iniciativa própria, seja por cooperativas, políticas públicas ou via terceiros (ONGs, associações, sindicatos, etc.). A passagem do trabalho formal para o informal, ainda que não seja vista com indiferença, é encarada como sendo “normal” e revela certa “naturalização” dessas formas de trabalho, inclusive pelos atores da assim chamada “Economia solidária”, como sindicatos, associações, etc. Surge uma problemática de outra ordem: a empregabilidade/empreendedorismo, para usar a expressão de Machado da Silva (2002), que aponta “para novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção”, de modo que “se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança”. (op. cit., p. 101). Segundo este autor, é deste ponto de vista que a informalidade é celebrada, em uma perspectiva unilateral e liberal, como alternativa socialmente desejável de empreendedorismo popular. Neste sentido, o crescimento do trabalho “autônomo” e “cooperativado”, que acompanha o desenvolvimento destas redes de subcontratação, ganha um significado bem diferente de seu caráter crítico original como forma alternativa de trabalho; e assume, cada vez mais, uma forma funcional de “gestão de emprego e renda”. Esta questão ainda está sendo problematizada, de forma que aqui ela aparece apenas de forma indicativa. Mas a reflexão que estamos fazendo busca ir um pouco além da discussão sobre a desconstrução da relação salarial e apontar o que vem sendo construído em seu lugar nos limites da reorganização produtiva.

O conjunto dessas evoluções do mercado do trabalho indica, também, a necessidade de reconsiderar as nossas abordagens teórico-metodológicas do “trabalho” e a maneira como problematizamos o “trabalho” como “objeto”. Seja pelo aumento da informalidade e a sua inserção marcante em setores cuja presença antes não era tão significativa, ou pelas novas modalidades de relação de trabalho, como o autônomo, o cooperativado, o obtido por meio das agências de trabalho temporário, ou pela diversificação dos serviços na cidade, é preciso considerar o trabalho para além da fábrica ou dos encadeamentos produtivos. A partir do caso estudado das costureiras, procuramos considerar o trabalho nas suas diversas formas e agenciamentos internos, nas suas articulações com a dinâmica urbana da cidade, e na sua relação com os outros aspectos da vida cotidiana, abrindo caminhos possíveis para abordar uma re-configuração dos sentidos da experiência de trabalho.

Bibliografia

- Abreu, Alice Rangel de Paiva. (1986). *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo, Ed. Hucitec
- Araujo, Ângela, Amorim, Elaine A. (2001/2002). “Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas”, *Cadernos Pagu*, “Desafios da equidade”, Nº 17/18, pp. 267-310.
- Bessin, Marc (1999). «Les temps, une question de pouvoir», *Mouvements*, Nº 2, janeiro-fevereiro, pp.47-54.
- Bruschini, Cristina; Lombardi, Maria-Rosa. (2003). “Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro, Um retrato dos anos Noventa”. En: Maruani, M. et al. (éd.) *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*, Ed. Senac, São Paulo.
- Cabanes, Robert (2006). “Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações”, En: Telles, Vera da Silva, Cabanes, Robert (orgs), *Nas tramas da cidade*, Ed. Humanitas/IRD, São Paulo, pp. 389-428.
- Caillé, Alain (2005). *Don, intérêt et désintéressement*, Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres, Paris, La Découverte.
- Castel, Robert (1998). *As metamorfoses da Questão Social*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- Cefaï, Daniel (2007). *Pourquoi se mobilise-t-on ? Les théories de l'action collective*, Paris, La Découverte.
- Chopart, Jean-Noël; Neyret, Guy; Rault, Daniel. (2006) *Les dynamiques de l'économie sociale et solidaire*, Paris, La Découverte.
- Granovetter, Mark, S. (1973). “Strength of weak ties”. *American Journal of Sociology*, p. 1361-1380.
- Harvey, David (1993). *A condição pós-moderna*, São Paulo, Editora Loyola.
- Laville, Jean-Louis; Magnon, Jean-Philippe; De Franca Filho, Genauto C.; Medeiros, Alzira (2005). *Action publique et économie solidaire, une perspective internationale*, Paris, Éd. Érès.
- Leite, Márcia de Paula (2004). “Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo”, *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Vol. 2, No 1, março.
- Leite, Márcia de Paula. (2003). *Trabalho e Sociedade em Transformação*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

- Lima, Jacob Carlos (org.) (2007). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*, São Paulo, Editora Annablume.
- Lima, Jacob Carlos (2002). *As Artimanhas da Flexibilização, O Trabalho Terceirizado em Cooperativas de Produção*, São Paulo, Terceira Margem.
- Machado Da Silva, Luis Antônio (2002). “Da informalidade a empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho”, *Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador*, n. 37, p.81-109, jul/dez.
- Maruani, Margaret (2007). “Emploi, chômage et précarité: une comparaison européenne”, Comunicação no Seminário Internacional Mercado de trabalho e Gênero: Comparações Brasil-França, São Paulo USP/FEA-Rio de Janeiro UFRJ, 9-12 abril 2007.
- Maruani, Margaret; Hirata, Helena (orgs). (2003). *As novas fronteiras de desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*, São Paulo, Ed. Senac.
- Neves, Magda de Almeida (2000). “Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero”. En: Rocha, Maria Isabel B. Da (og.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*, ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, São Paulo, Ed. 34, pp.171-185.
- Paugam, Serge (2000). *Le salarié de la précarité*, Paris, PUF.
- Pochmann, M. (org). (2004). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Singer, Paul (2002), *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo
- Telles, Vera da Silva; Cabanes, Robert (orgs). (2006). *Nas tramas da cidade*, Ed. Humanitas/IRD, São Paulo

RESUMO

No contexto mais geral da crise do trabalho, do aumento da informalidade e da busca por novos ideários de organização da vida econômica e social, o objetivo desse artigo é de interrogar-se sobre o significado concreto de empreendimentos sociais e econômicos da assim chamada “Economia solidária”. Ele centra-se, notadamente na inserção social e econômica de mulheres, a partir de uma análise conjunta das trajetórias de algumas cooperativas de costureiras da RMSP (Região metropo-

litana de São Paulo) e das trajetórias sócio - ocupacionais das trabalhadoras. Nesse sentido, num primeiro momento, uma análise mais sistemática das condições de trabalho, de emprego e de renda nessas cooperativas parece refletir a sua integração nas redes de subcontratação, a flexibilização do trabalho e exploração da mão-de-obra. Num segundo momento, a análise das trajetórias mostrará que essas cooperativas podem constituir, para as mulheres, uma maneira de ingressar ao mercado de trabalho e de transformar as relações de gênero nas suas próprias casas, transformando-se, desta forma, através da mobilização de suas redes de solidariedade, paradoxalmente, em atores da informalização.

Palavras-chave: Brasil - Economia solidária - Reorganização produtiva - Setor de confecções - Trabalho feminino.

ABSTRACT

In the wider context of the crisis of work, increasing informality and the search for new ideals of organization of economic and social life, the purpose of this article is to reflect on the significance of the social and economic enterprises of the so-called “Solidarian economy”. It focuses, especially in the social and economic insertion of women, from a joint analysis of the trajectories of some cooperatives of costureiras of RMSP (metropolitan region of Sao Paulo) and the socio-occupational trajectories of working women. Accordingly, in a first moment, a more systematic analysis of working conditions, employment and income in these cooperatives seems to reflect its integration into networks of subcontracting, the flexibility of labour and exploitation of the labour force. Second, the analysis of the trajectories show that these cooperatives may be, for women, a way to enter the labour market and to transform the relations of gender in their own homes, transforming themselves this way, through the mobilization of their networks of solidarity, paradoxically, in the informalização actors.

Key words: Brazil - Solidarian Economy - Industry of confections - Productive Reorganization - Working women.